



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# 10

## *Discurso na cerimônia referente aos sete anos do Plano Real*

**CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, DF,**

**12 DE JULHO DE 2001**

*Meus companheiros de mesa; Senhoras e Senhores,*

Eu não queria que o nosso encontro desta manhã tivesse – e não teve – o caráter de uma celebração. Eu queria que ele tivesse o caráter de uma reflexão. Foi por isso que pedi que o Doutor Roberto Martins fizesse a exposição técnica e que o Ministro Pedro Malan expusesse, nas linhas gerais, aquilo que tem sido o fundamento da nossa ação na área econômica, política e social, para que mais uma vez meditássemos sobre os desafios com os quais nos defrontamos.

Vou repetir uma frase que hoje é banal – é mais ou menos – porque é de Maquiavel: “O grande problema do reformador é que os que vão ser beneficiados com as reformas não o sabem e os que vão perder com elas sabem muito bem e se opõem às reformas.” Este é o nosso problema. Foi, e continuará sempre, o problema daqueles que têm vontade política de mudar o Brasil.

Os desafios que nós enfrentamos, no começo da década de 90, eram desta natureza. Havia que ter coragem, decisão, persistência,

humildade e competência para que as coisas pudessem ocorrer. Havia que compreender em que mundo nós estávamos situados. Havia que tomar as decisões, algumas das quais foram aqui referidas pelo Ministro Malan. Quando se tomam certas decisões, elas são sempre, no início, percebidas como insuficientes e impossíveis, que não vão dar certo. E as decisões são, freqüentemente, tomadas no isolamento, até que se provem corretas.

A vida política, a vida em geral, não é generosa. É dura, é cruel. Há que se ganhar. Mas não há que se ganhar a qualquer preço. Há que se ganhar mobilizando e mostrando que o caminho que está sendo trilhado é seguro. As pessoas só entram nele quando percebem que é seguro. É sempre assim. Não faço essa constatação como quem se queixa, mas como quem reconhece os dados da vida na sociedade e, sobretudo, na política.

Nós tínhamos que enfrentar, no início de 90, muitos problemas simultaneamente. E esse nós – eu disse para o Ministro Malan – não era eu, que era um mero Ministro, no início, das Relações Exteriores, ou antes, um Senador. Era o país. Alguns tentaram. Vários tentaram, em várias ocasiões, antes de mim. Alguma coisa se fez. Outras não deram certo.

O desafio que tínhamos que enfrentar, nós que fomos constituintes – e, aqui, alguns de nós fomos –, nem sequer, talvez, tivéssemos a consciência do tamanho dele naquele momento. Tivemos a falta de ventura em ter que definir um quadro institucional no momento em que o Congresso fremia de vontade de liberdade, com toda razão, e temia quaisquer restrições. Mais ainda, no momento em que secreditava que as velhas estruturas do passado, que tinham sido congeladas pelos regimes autoritários, deveriam ser, ao mesmo tempo, reposadas e condicionadas àquilo que o regime autoritário havia feito, ou seja, o estatismo.

O Congresso não se havia apercebido – reconheço que nem eu – do conjunto das transformações que estavam ocorrendo no mundo, não só no Brasil. Da mais evidente fala-se hoje com facilidade: a globalização. Mas havia uma mudança política imensa. Nós estávamos

passando de um regime de dualidade de poder mundial para um regime de quase unipotência. Nós não havíamos percebido isso. Não havia porque perceber isso, nos idos de 86 e 87. As forças de confronto internacional estavam vivas, então. As possibilidades de formas de desenvolvimento mais baseadas na burocracia e no Estado do que no mercado estavam firmes ainda. A idéia de que era possível uma utopia concreta que desse igualdade depressa, com a revolução, ainda incendiava corações.

O mundo mudou com muita rapidez. Tornou obrigatório que enfrentássemos reformas constitucionais, numa Constituição recém-promulgada com o entusiasmo de todos nós, menos do PT, que não assinou a Constituição porque achava que ela era insuficiente para garantir direitos corporativos. Estava mais atrasado do que a média dos congressistas brasileiros.

Fizemos a Constituição. E, mal a fizemos, percebemos que os direitos que ela assegurava não vieram, correspondentemente, alicerçados em recursos para a sua execução. Passamos, de lá para cá, a tentar compatibilizar a aspiração correta e justa por ampliação da cidadania e de direitos e a escassez de recursos. Nem havíamos nos apercebido de que a inflação era o que, hoje, todos sabemos. Não preciso repetir. Tanto não nos havíamos apercebido que colocamos na Constituição – na Constituição! – instrumentos que só teriam sentido no regime inflacionário. Por exemplo, aumento linear de salário. Hoje, somos cobrados por erros nossos. E é justo que paguemos erros dos quais fomos participantes. O pressuposto é que haveria sempre inflação e, portanto, que haveria sempre que buscar um mecanismo, que não era de aumento, era de correção da corrosão inflacionária.

Chegamos a colocar uma taxa de juros definida na Constituição, tal a nossa incompreensão dos mecanismos financeiros contemporâneos. É verdade que, à moda brasileira, nunca exercitamos essa determinação constitucional. Esse artigo foi interpretado e permitiu que a realidade se ajustasse àquela exigência constitucional. Esse era o clima.

Mas também não nos havíamos apercebido – e muitos até hoje não se aperceberam – do que significa, na verdade, o desafio da

globalização. Muitos não se aperceberam. O Presidente Clinton ainda ontem falava sobre isso. Não se aperceberam do quê? As formas de produzir mudaram radicalmente. A base técnica da produção mudou e a revolução da informática e dos meios de transporte está apenas começando. É como se estivéssemos na época da descoberta das máquinas a vapor e não pudéssemos vislumbrar as consequências que elas trariam, como trouxeram, para a organização da sociedade. Muita gente hoje não percebeu ainda que nós já estamos vivendo numa época em que o acidente, aquilo que leva para diante, o que transforma e transforma com muita rapidez, já está em marcha. O desafio que nós tínhamos – e temos – é de saber como localizar um país com a força do Brasil, que tem um projeto nacional, e deve tê-lo, num contexto internacional cambiante, que tem outras condicionalidades que não são as condicionalidades com as quais estávamos habituados.

Quando não se faz a revolução copernicana, quando as mentes e, principalmente, os corações não mudam, eles ficam sempre olhando no retrovisor e propondo a volta ao impossível, porque o futuro está no presente, já está enraizado no modo de produzir do mundo contemporâneo. Esse desafio levou o Brasil a se reposicionar, e nós o fizemos. Nós o fizemos e vamos continuar a fazê-lo.

O que foi esse reposicionamento? O Ministro Malan já explicou em linhas gerais: a economia deixou de ser fechada. Que economia hoje é fechada no mundo? Nem em Cuba, que apela ao turismo e ao investimento nessas áreas. Para não falar na China, que é o único país que passa à frente do Brasil na capacidade de atrair capitais.

Não obstante, me recordo de que, uma vez, sendo ainda senador, ousei uma afirmação, que era a seguinte: “É preciso definir um padrão de inserção soberana do Brasil na economia internacional.” Não faltaram os barbudinhos – sem nenhuma referência ao Ministro Lafer – que chamaram, imediatamente, os tambores para rufar na guerra ideológica, porque um senador progressista – eu era e sou – ousara dizer que o Brasil tinha que se inserir, e eu coloquei “vírgula”, soberanamente, na economia internacional. Fui, humildemente, bei-

jar a cruz, na Universidade de Brasília, discutir com alguns dos baratinhos, que cobravam coerência ideológica de alguém que ousava dizer que o Brasil não tinha que ser uma autarquia.

Isso foi ontem. Não obstante, quisesse eu ou não quisesse, quisessem eles ou não quisessem, o país não podia continuar sem ter alguma política que implicasse a abertura dos seus mercados. Pode-se discutir como fazê-lo, até que limite, o que se dá, o que se toma, ter-se feito errado aqui e ali, mas não se pode discutir que, hoje, nós vivemos no mundo que é global. E neste mundo global, tampouco se pode reconhecer que as próprias estruturas da economia internacional, que foram criadas depois da Segunda Guerra Mundial, são, hoje, insuficientes para fazer face aos processos derivados dessa globalização. Hoje, temos um sistema de mercado que funciona dia e noite, *on-line*, através dos mecanismos da Internet, dos mecanismos dos computadores. As próprias instituições de Bretton Woods são insuficientes e me refiro ao Fundo Monetário Internacional, que tem muito menos capacidade de fazer face, hoje, a estes problemas, do que aquilo que foi desenhado em Bretton Woods. Até porque o que foi desenhado era um mecanismo, simplesmente, para equilibrar as relações comerciais entre os países e fazer frente àqueles que ficassem sem poder pagar.

Hoje, o desafio é de outra natureza, é como se dá solvabilidade em situações de crises financeiras, quando repentinamente pode existir um processo de secura de mercado, que drena recursos de repente, onde desaparecem os recursos financeiros e se estiolam processos de desenvolvimento econômico, muitas vezes sem que os fatores domésticos tenham tido, efetivamente, o peso decisivo para contribuir para que isso ocorresse. O próprio Fundo Monetário Internacional hoje pede mais poder para agir. Há setores no mundo que se opõem a esse pedido, porque ainda acreditam que o melhor é deixar que as forças do mercado atuem livremente. Não é o que eu penso.

O próprio Banco Mundial foi criado também com o objetivo de dar sustentação, depois da Segunda Guerra Mundial, aos processos de desenvolvimento e diminuir a brecha entre ricos e pobres. Hoje,

compare-se o orçamento do Banco Mundial com o do BNDES. São orçamentos equivalentes. E a África é mais carente que o Brasil.

É neste mundo que nós nos situamos, e é neste mundo, com imensas potencialidades de atuação, para um país como o Brasil, que nós devemos atuar sem medo, sem arrogância, mas com firmeza. Por isso, nós modificamos as nossas posições internacionais. Modificamos nossas posições internacionais para defender o interesse nacional, tal como ele se coloca no mundo de hoje, e não para ficarmos chorando com fraseologia do passado e permitindo que o mundo de hoje afogasse o nosso país, fazendo com que ele perdesse a seiva da potencialidade de se transformar. E ele continuou se transformando. Foi o que foi dito, o que foi visto aqui esta manhã. Para isso, nós mudamos inteiramente nossa ação nessa cena internacional.

Na área financeira, o Brasil, ao invés de ficar reclamando como se fosse um país sem recursos apenas – ele precisa de recursos, mas também os tem –, como se fosse um país de mentalidade colonizada, que não tivesse nada a dizer ao mundo, foi se relacionar com o que se chama BIS–Bank of International Settlements, ou seja, o banco dos ajustes internacionais que existe na Suíça, na Basileia, e hoje é o consórcio de bancos centrais.

Hoje, o nosso Presidente do Banco Central participa dessas decisões. Graças ao entendimento com o Presidente Clinton, conversei sobre isso quando estive com ele em Camp David antes de ele realizar a operação, foi criado um grupo chamado G-20, que é um grupo intermediário entre o G-7, o G-8 e os países mais pobres. Nesse G-20, a ação do Brasil está lá, a presença existe e as pessoas do Brasil, que lá representam o nosso interesse, são levadas a sério. Isso é tão importante quanto as mudanças objetivas que estamos fazendo na economia brasileira. Isso é a recuperação da dignidade nacional. Isso é fazer com que um país como o Brasil erga a cabeça, não tenha que ficar se escondendo a toda hora ou chorando como se não pudesse fazer nada, e que leve suas posições afirmativamente. Os resultados dessa ação aí estão.

Na questão da discussão das patentes, na questão da discussão da Aids, houve uma vitória nítida da diplomacia brasileira em Gene-

bra, coincidentemente com a ação do Ministro da Saúde do Brasil. Isso deixa claro que o Brasil tem peso neste mundo e pode vir a ter mais peso. Hoje, isso é bastante claro, quando se pede o apoio de certas instituições desta rede de proteção social do Brasil que foi aqui descrita pelo Professor Roberto Martins. Quem pede são países importantes, como os próprios Estados Unidos e outros, para que nós atuemos mais francamente nas áreas mais pobres do planeta.

Isso é a demonstração clara de que o Brasil se reposicionou. Não como um país rico, porque nós não somos ainda, mas tampouco como um país que tenha só carências e que precise ficar o tempo todo desfazendo do que é feito, chorando sobre tristezas que não existiram, havendo aquelas que são verdadeiras e para as quais nós precisamos não de choro, mas de competência para enfrentá-las. Mudamos as ênfases da nossa participação, da nossa inserção mundial.

E ao mudar essas ênfases, o que fizemos? Mantivemos a nossa tradição de independência no plano internacional e de articulação crescente do Brasil com os grandes blocos mundiais. Retomamos o relacionamento com o Japão que estava altamente deteriorado em função de erros passados. Abrimos um relacionamento com a China, que é exemplar no mundo. Hoje, temos uma relação política muito forte com a China em termos de intercâmbio de opiniões, de ações e de desenvolvimento tecnológico em conjunto. Aqui, no Brasil – estarei lá amanhã –, em fábricas de São Paulo, estamos produzindo as grandes turbinas que vão fazer girar as águas da Usina de Três Gargantas, na China, que vai ser a maior usina de energia elétrica do mundo. Essas turbinas são feitas no Brasil. Estamos discutindo uma *joint-venture* para produzir aviões da Embraer na China também, mostrando que a tecnologia brasileira avançou numa rapidez enorme. E se hoje temos uma tecnologia desse tipo, é porque desenvolvemos, através da nossa Aeronáutica, os fundamentos para que houvesse a possibilidade de a Embraer avançar como avançou nesses anos mais recentes.

Mas não é só com a China. Nós refizemos o conjunto das nossas relações. Ainda ontem, o Senhor Pascal Lamy, o comissário europeu

encarregado das relações comerciais, esteve comigo e com outros ministros. A União Européia está começando a fazer propostas concretas ao Mercosul para que possamos discutir uma zona de livre-comércio entre nossos dois blocos, tendo sempre como objetivo o acesso a mercados, a luta contra o protecionismo, a não-aceitação de subsídios, numa posição firme mas inteligente, não arrogante, negociadora-firme, mas negociadora. Assim como não temeremos negociar, no momento adequado, a Alca. Se negociamos com a Europa, não há por que não negociar com o hemisfério, com a condição de que tenhamos nossa capacidade negociadora preservada por uma política inteligente e pelo apoio do empresariado e da sociedade brasileira a cada passo que se vá dar.

Mas, fundamentalmente, percebendo a mudança do mundo, fizemos também uma inserção mais forte – e devo reconhecer que isso começou com o Governo Sarney e continuou no Governo Collor – na nossa política com o Mercosul e com a América do Sul. Pela primeira vez, reuni, em Brasília, todos os presidentes da América do Sul. Por que pela primeira vez? É de se espantar que tenha sido a primeira vez, porque sempre tivemos uma política muito mais voltada para nós próprios, temerosos do que pudesse ser a sensação de um Brasil que se afirmase na sua vizinhança. Hoje, não precisamos mais disso, porque a nossa vizinhança sabe que essa afirmação brasileira é de paz, de cooperação e não de imposição, e sabe também que o nosso compromisso com o Mercosul é firme.

Quero reiterar o que disse o Ministro Malan, há poucos instantes: nós, ardenteamente, torcemos para que a Argentina resolva suas questões. Não é certo que o Governo brasileiro esteja aqui, de braços cruzados, esperando que haja uma explosão. Seria ruim para todos. Seria lamentável se, em algum momento de dificuldade brasileira, alguém se relacionasse conosco nessa mesma posição. Portanto, não estamos nessa torcida. Nossa torcida é outra: é para que busquemos mecanismos de cooperação que permitam até mesmo, como muitas vezes fizemos, o sacrifício pontual de interesses concretos de alguns brasileiros, com a vantagem de uma visão nacional que sabe da importância do Brasil e sabe da importância do Mercosul para o Brasil e sabe que, com um

Mercosul organizado, nós temos muito maior capacidade de conversar com a Europa, de conversar com os Estados Unidos.

Este, Senhores e Senhoras, é um novo Brasil. É um Brasil que tem um projeto nacional, um Brasil que não fica fechando os olhos, nem fechando os ouvidos às críticas, mas que também não tem medo delas, nem lá fora, nem aqui dentro, porque tudo que faz é com transparência.

É verdade que o povo brasileiro tem dado exemplos extraordinários de coesão e de solidariedade. Mas também – e aí agradeço – é verdade que os que colaboraram comigo no Governo – o próprio Governo – têm sido corretos, competentes e transparentes. Há uma correspondência, pelo menos na nossa vontade, entre o que se está fazendo e o que se deseja fazer.

Nós temos, portanto, que prestar atenção a esses oito anos, sete anos. Refiro-me aí ao período do Real, mas já disse e reconheço que vem de antes também. Nesse período do Real, nós mudamos muito mais do que só a inflação ou só a economia. Não preciso voltar a falar sobre aquilo que é, talvez, hoje, a motivação maior de todos nós.

Eu me recordo aqui do pai do nosso querido Senador Teotônio Vilela Filho, o velho Senador Teotônio Vilela, que lançou um livro com Rafael de Almeida Magalhães, que nos motivou durante décadas nas críticas aos governos de então no Brasil e que falava da necessidade do resgate da dívida social. Pois bem, o que nos mostrou hoje, aqui, o Doutor Roberto Martins foi que nós estamos começando a pagar a dívida social.

Eu disse, muitas vezes, que o Brasil dispunha de um Estado de mal-estar social. Na época em que estava na moda falar do Estado de bem-estar social pelo mundo afora, eu dizia que o nosso problema, aqui, era outro. Nós tínhamos que acabar com o Estado do mal-estar social. O que é Estado do mal-estar social? Era o Estado que ajuda a concentração de renda, que orienta mal o gasto social, que concentra o gasto social na classe média e não nos mais pobres. Ainda hoje, uma boa parcela desse gasto não se dirige para os que mais necessitam. Nós precisamos refazer esse Estado.